

**DADOS DO DOCUMENTO**

**TÍTULO:** Projeto ALTIN – Apreciação da Conjuntura Nacional – Anexo D

**DATA DE PRODUÇÃO:** 10 de setembro de 1974

**ORIGEM DO DOCUMENTO:** SNI

**GRAU DE SIGILO:** Secreto

**NÚMERO DE PÁGINAS:** 57

**DESCRIÇÃO:**

Anexo D – Análise sobre o “pronunciamento de políticos que questionaram a Revolução de 31 de março de 1964”.

ANEXO - D

PRONUNCIAMENTO DE POLÍTICOS CONTESTANDO  
A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964

## ANEXO-D

### ÍNDICE

ANÁLISE DA AC .....	Pg - 1
APRECIÇÃO DA AMA .....	Pg - 1
APRECIÇÃO DA AFZ .....	Pg - 4
APRECIÇÃO DA ARE .....	Pg - 6
APRECIÇÃO DA ASV .....	Pg - 8
APRECIÇÃO DA ABH .....	Pg - 11
APRECIÇÃO DA NAGO .....	Pg - 15
APRECIÇÃO DA ABS .....	Pg - 16
APRECIÇÃO DA ACG .....	Pg - 18
APRECIÇÃO DA ARJ .....	Pg - 19
APRECIÇÃO DA ASP .....	Pg - 38
APRECIÇÃO DA ACT .....	Pg - 40
APRECIÇÃO DA APA .....	Pg - 41
APRECIÇÃO DO CENIMAR .....	Pg - 42
APRECIÇÃO DO C I E .....	Pg - 45
APRECIÇÃO DO C I S A .....	Pg - 47

## ANÁLISE DA AGÊNCIA CENTRAL

### PRONUNCIAMENTOS DE POLÍTICOS CONTESTANDO A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

Os pronunciamentos de contestação ao regime, via de regra, pertencem ao chamado "Grupo dos Autênticos", ala radical do MDB, que assim se caracterizaram pela oposição sistemática à Revolução. Esses políticos, anti-revolucionários, não se integraram ao Partido oposicionista e nutrem a esperança de, em futuro próximo, poderem constituir a sua própria agremiação político-extremista. Serve de exemplo a posição adotada durante a eleição presidencial, onde os "Autênticos" se desvincularam da orientação da cúpula partidária, deixando de votar no candidato oposicionista e apresentando um documento contestatório ao regime, denominado "Declaração de Voto."

Ao iniciarem, agora, a campanha eleitoral, os oposicionistas mais radicais vêm procurando atacar a estrutura revolucionária, tecendo severas críticas ao AI-5, a Lei 477, ao bipartidarismo e à política econômica do Governo, numa tentativa de motivar o eleitor a escolher os candidatos da oposição.

Destacam-se entre os oposicionistas, por seus pronunciamentos, os Deputados Federais LISÂNEAS MACIEL (GB), J.G. DE ARAÚJO JORGE (GB), FRANCISCO PINTO (BA), MARCOS FREIRE (PE) e NADYR ROSSETI (RS). Este último, na Convenção Regional do MDB em BELO HORIZONTE, afirmou:

" ... em 1964 derrubaram-nos do poder pelas armas. Haveremos nós de derrubá-los um dia através da vontade popular ... ".

Corroborando a Oposição, a Ordem dos Advogados do BRASIL - OAB -, em seu mais recente conclave, tornou público memorial enviado ao Ministro da Justiça, em que enumera as causas principais que, no seu entender, dificultam o exercício da advocacia no BRASIL, entre elas a abolição do "habeas-corpus" e a censura prévia.

Entretanto, não somente os oposicionistas vêm contestando o regime, mas também alguns proeminentes líderes arenistas, como o Dep Fed FLÁVIO MARCÍLIO, Dep Fed NINA RIBEIRO e Sen JOÃO CLEOFAS, pois outro sentido não têm suas opiniões sobre a extinção do AI-5 e sobre a reforma institucional.

Os intelectuais de esquerda têm recebido com muita aceitação tais pronunciamentos contestatórios e críticas, principalmente quando originados de elementos pertencentes ao Partido que deveria defender a Revolução, pois isso reforça suas teses contrárias ao regime.

Nos meios universitários, o partido oposicionista vem trabalhando a

formação política dos jovens já há algum tempo, aproveitando-se da inércia do partido revolucionário nesse setor. No RIO GRANDE DO SUL, o "Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais" (IEPES) e em alguns outros Estados, a Ala Jovem do MDB vêm desenvolvendo o trabalho político principalmente nos meios estudantis da capital e nos grandes centros do interior, através de conferências e debates onde são expostos os principais temas contestatórios ao regime. Os opositoristas esperam colher frutos já nas eleições de 15 de Nov 74, em que prevêem receber votação maciça da classe universitária. Convém salientar que a maioria das teses enfocadas e estudos políticos procedidos pela Ala Jovem do partido opositorista têm como conferencistas esquerdistas ou mesmo ativistas comunistas, tais como ENIO DA SILVEIRA, LUÍS ALBERTO MIRANDA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, ANDRÉ CECIL FOSTER, CELSO FURTADO e outros. Tais ciclos de conferências vêm grangeando receptividade em várias unidades da Federação, com a participação de estudantes e políticos de segundo plano. Tudo indica esteja aí uma aliança velada do PCB com o MDB, para que este possibilite a eleição de comunistas no próximo pleito.

\* \* \*

## AGÊNCIA MANAUS

1) No início de Fev 74, o Dep Fed (MDB) JERÔNIMO GARCIA DE SANTA-NA, encontrava-se em Porto Velho/RO, com a finalidade de dar publicidade embora de forma clandestina, da "Declaração de voto", dos Deputados Federais do MDB, "Ala dos Autênticos".

Após os contatos mantidos, o citado deputado fez a distribuição do documento em forma de panfletagem naquela cidade e principalmente, em outras, ao longo da Rodovia BR-364, onde o mesmo se dizendo defensor dos colonos, tem assentada a sua base eleitoral.

Convém assinalar que não se trata de um pronunciamento isolado, mas sim de um documento extremamente violento, de ataque propriamente ao regime constituído e que teve difusão na área de RONDÔNIA, por um deputado contumaz em fazer críticas violentas a órgãos federais daquele Território Federal.

2) Críticas contestatórias ao campo político brasileiro, foram temas ou pronunciamentos de autoria do Vereador MDB FÁBIO PEREIRA DE LUCENA BITTENCOURT, e, dos Dep Est MDB NATANAEL BENTO RODRIGUES e JOSÉ CARDOSO DUTRA.

a) Em 13 Jan 74, "A NOTÍCIA" publicou a coluna "IMPASSES DA NOSTALGIA", de autoria de FÁBIO LUCENA, em que critica a forma da escolha (eleição indireta), do Presidente e Vice-Presidente da República.

b) Em pronunciamento ocorrido no dia 01 Mar 74, quando da saudação ao dia do Trabalho, FÁBIO LUCENA, aproveitou-se da oportunidade, pronunciou um discurso em que começou da seguinte maneira: "Não sei se faço uma prece de graça ou uma prece fúnebre aos irmãos trabalhadores". Fez a seguir um balanço da situação do trabalhador brasileiro nos últimos dez anos para encerrar seu pronunciamento salientando: "nem tudo está perdido, ainda é possível ter esperança". Afirmou também que o MDB trairia os seus compromissos solenes com o povo brasileiro "se deixasse de protestar contra a miséria salarial do trabalhador e se deixasse de reclamar para os mesmos melhores dias. Tanto no Congresso Nacional, com nas Assembléias Legislativas e nesta Câmara Municipal, as vozes do MDB têm-se levantado e levantar-se-ão sempre em defesa destas teses básicas da nacionalidade. O silêncio é nosso principal inimigo. As causas trabalhistas são as grandes causas nacionais".

c) Ainda sobre o dia Geral do Trabalho, os Dep Est (MDB) NATANA EL BENTO RODRIGUES e JOSÉ CARDOSO DUTRA, pronunciaram da tribuna da Assembléia Legislativa do AMAZONAS, discursos em que criticaram duramente o reajuste salarial ocorrido neste ano, considerando-o irrealista, impossibilitando que o trabalhador possa viver com ele. JOSÉ CARDOSO DUTRA afirmou ainda que a festa do trabalhador hoje no BRASIL é uma festa triste, uma festa sem reivindicações, sem alma, sem amor. "Os sindicatos atualmente, tomados pelo peleguismo oficial, são meros departamentos do Ministério do Trabalho. Falta autonomia, falta poder reivindicatório, falta liberdade sindical, falta o sagrado direito de greve". Para JOSÉ CARDOSO DUTRA o Dia do Trabalho "é um dia triste também porque enquanto em 1966 o orçamento do Ministério merecia 4,29% em 1973 baixou para 1,09%". Ainda é triste "porque o BNH faz agiotagem com o próprio dinheiro do trabalhador sobre este mesmo trabalhador; além disso, há sofrimento nas longas filas do INPS, a insegurança no emprego pela imposição da opção favorável ao FGTS". Concluindo disse "que a Oposição testemunha o trabalho fecundo das massas laboriosas brasileiras que respondem pelo desenvolvimento nacional".

d) Antes da Câmara Municipal de MANAUS entrar em recesso parlamentar previsto em lei, o vereador FÁBIO LUCENA, pronunciou um discurso em 28 Jun 74, em que afirmou entre outras coisas o pedido ao Presidente da República, "para fazer cumprir com imediatismo, às circunstâncias políticas do nosso país, o compromisso que as Forças Armadas assumiram perante a Nação Brasileira, quando derrubaram um GOVERNO LEGAL E CONSTITUÍDO em 1964, a pretexto de salvar o país da corrupção e da subversão e também, a pretexto de devolver ao povo, o sagrado direito de escolha dos seus governantes".

"... Não deve continuar esta situação deplorável, em que se pede tudo ao povo e se demonstra que ele não tem capacidade para escolher o Chefe da sua própria casa nacional".

Tal apelo segundo FÁBIO LUCENA, será repetido sistematicamente ao longo da campanha política do MDB no presente ano eleitoral.

### 3) Apreciação

a) De um modo geral, tudo que se relaciona ao vereador FÁBIO LUCENA, quer seja atividade política, através da imprensa escrita, quer seja pronunciamentos através da tribuna da Câmara Municipal de MANAUS, tem boa receptividade no seio da opinião pública. Assim é que suas manifestações, muitas vezes baseadas em dados reais, são feitas por ele de maneira distorcida e sensacionalista, o que de certa forma agrada a opinião pública.

c) Ainda sobre o dia Gerido do Trabalho, os Dep Est (MDB) NATANA EL BENTO RODRIGUES e JOSÉ CARDOSO DUTRA, pronunciaram da tribuna da Assembléia Legislativa do AMAZONAS, discursos em que criticaram duramente o reajuste salarial ocorrido neste ano, considerando-o irrealista, impossibilitando que o trabalhador possa viver com ele. JOSÉ CARDOSO DUTRA afirmou ainda que a festa do trabalhador hoje no BRASIL é uma festa triste, uma festa sem reivindicações, sem alma, sem amor. "Os sindicatos atualmente, tomados pelo poleguismo oficial, são meros departamentos de Ministério do Trabalho. Falta autonomia, falta poder reivindicatório, falta liberdade sindical, falta o sagrado direito de greve". Para JOSÉ CARDOSO DUTRA o Dia do Trabalho "é um dia triste também porque enquanto em 1966 o orçamento do Ministério merecia 4,29% em 1973 baixou para 1,09%". Ainda é triste "porque o BNH faz agiotagem com o próprio dinheiro do trabalhador sobre este mesmo trabalhador; além disso, há o sofrimento nas longas filas do INPS, a insegurança no emprego pela imposição da opção favorável ao FGTS". Concluindo disse "que a Oposição testemunha o trabalho fecundo das massas laboriosas brasileiras que respondem pelo desenvolvimento nacional".

d) Antes da Câmara Municipal de MANAUS entrar em recesso parlamentar previsto em lei, o vereador FÁBIO LUCENA, pronunciou um discurso em 28 Jun 74, em que afirmou entre outras coisas o pedido ao Presidente da República, "para fazer cumprir com imediatismo, às circunstâncias políticas do nosso país, o compromisso que as Forças Armadas assumiram perante a Nação Brasileira, quando derrubaram um GOVERNO LEGAL E CONSTITUÍDO em 1964, a pretexto de salvar o país da corrupção e da subversão e também, a pretexto de devolver ao povo, o sagrado direito de escolha dos seus governantes".

"... Não deve continuar esta situação deplorável, em que se pede tudo ao povo e se demonstra que ele não tem capacidade para escolher o Chefe da sua própria casa nacional".

Tal apelo segundo FÁBIO LUCENA, será repetido sistematicamente no longo da campanha política do MDB no presente ano eleitoral.

### 3) Apreciação

a) De um modo geral, tudo que se relaciona ao vereador FÁBIO LUCENA, quer seja atividade política, através da imprensa escrita, quer seja pronunciamentos através da tribuna da Câmara Municipal de MANAUS, tem boa receptividade no seio da opinião pública. Assim é que suas manifestações, muitas vezes baseadas em dados reais, são feitas por ele de maneira distorcida e sensacionalista, o que de certa forma agrada a opinião pública.

20132  
b) No que diz respeito aos pronunciamentos acima assinalados, há de se registrar que todos eles tiveram boa repercussão na opinião pública, pois todos foram publicados, embora de maneira incompleta, pela imprensa de MANAUS.

c) Quanto ao documento "Declaração de voto", distribuídos na cidade de PORTO VELHO e ao longo da Rodovia BR-364, nos parece que alcançou o objetivo proposto pelo Dep JERÔNIMO SANTANA, que era de ativar no seio da população, a aversão ao novo Govern que estava assumindo o País e ao mesmo tempo visava a sua situação política, como candidato natural a reeleição à cadeira de Dep Fed pelo Território de RONDÔNIA, do qual é o representante na Câmara Federal.

## AGÊNCIA FORTALEZA

- 1) Principais pronunciamentos de política de projeção nacional ou mesmo estadual nestes últimos meses.
- a) Discurso do Dep Fed MARCOS FREIRE, MDB/PE, na Câmara dos Deputados, em 11 MAR 74, onde o referido parlamentar enaltecendo D. HELDER CÂMARA, critica acerbamente a "censura imposta pelo Governo".
- b) Da entrevista coletiva aos jornais de FORTALEZA/CE realizada pelo Dep Fed PAES DE ANDRADE, MDB/CE, no dia 11 JUN 74:
  - "Agravaram-se as injustiças no campo social no econômico no cultural e no político. No primeiro suprimiu-se a liberdade sindical e impôs-se ao operariado, obrigado a calar diante do clima de intimidação, o arrocho salarial, através de uma política econômica cruel e desumana. No setor político as penas de banimento e proscricão, sem julgamento e de fca, já não mais se limitam no tempo. A vida partidária está reduzida ao jogo <sup>de</sup> equilíbrio possível de duas entidades criadas e impostas ao País por decreto".
- c) Entrevista do Dep Fed MARCELO LINHARES ao Jornal do Brasil, transcrita na imprensa de FORTALEZA, em 08 JUL 74, onde aquele parlamentar da ARENA/CE critica o sistema bipartidário brasileiro, dizendo-o imposto de "cima para baixo" e considerando-o como principal motivo do afastamento do interesse popular "pela participação na vida política - partidária nacional". Mais adiante, referindo-se aos operários entende "que é necessário devolver-lhes a autonomia de suas organizações sindicais para que possam batalhar por seus ideais que são os de todos os brasileiros".
- d) Do discurso do Dep Fed PAULO BROSSARD, MDB/RS, transcrito no Jornal do Brasil, edição de 29 JUL 74:
  - "Eaqui a um século a nódoa nacional que o regime representa continuará a tismar a nação. E gerações após gerações indagarão como tantos se submeteram a tamanha degradação" (...)

"Os beneficiários desse regime assoalhem que a Oposição se queixa da falta de liberdades imediatistas. Eles confundem benefícios pessoais auferidos do poder arbitrário com os frutos pessoais da liberdade".

e) Entrevista do Dep Fed ULISSES GUIMARÃES ao jornal "O POVO", de FORTALEZA/CE, no dia 25 AGO 74, onde o Presidente do Líder Nacional do MDB tece críticas ao partido do Governo ao enunciar que "a legislação eleitoral com o voto vinculado e a sub-legenda fabrica a pseudo maioria da ARENA".

2) Repercussões desses pronunciamentos em setores da opinião pública.

- Nas correntes esquerdistas, seja do clero seja dos meios intelectuais, tais pronunciamentos são, via de regra, bastante explorados pois vêm de encontro às suas aspirações revanchistas. Neste sentido, D. JOÃO JOSÉ DA MOTA E ALBUQUERQUE, Arcebispo de SÃO LUÍS/MA, da ala "progressista", costuma transcrever em Boletins Informativos da Diocese, pronunciamentos de políticos atacando o Governo. Referidos boletins têm ampla difusão, inclusive no meio estudantil.

- No meio universitário, entretanto, só sensibilizam elementos simpatizantes ou adeptos da linha esquerdista. Sondagens realizadas junto ao corpo discente das Universidades da Área desta AR revelam uma maior preocupação dos estudantes com a limitação do mercado de trabalho para exercerem suas futuras profissões.

- Na classe média e classes menos favorecidas da opinião pública toda a contestação ao Governo que tenha por tónica o "custo de vida", o "arrocho salarial" e outros temas similares encontram boa receptividade.

- Nos setores de opinião mais identificados com a Revolução de 1964, surpreende e causa revolta, particularmente, pronunciamentos intempestivos de políticos do partido governista que, com evidentes propósitos eleitoreiros, tecem críticas ou fazem reparações a determinadas leis emanadas da Revolução, como a do bipartidarismo.

## AGÊNCIA RECIFE

Os candidatos ao Senado, pelo Estado de Pernambuco, senador João Cleofas de Oliveira (ARENA) e Deputado Federal Marcos de Barros Freire (MDB), submeteram-se a uma série de perguntas, efetuadas pelos repórteres políticos dos principais órgãos de imprensa do País. As respostas dos nominados foram publicadas no DIÁRIO DE PERNAMBUCO, em sua edição de dia 26 Ago 74.

O candidato do MDB, em seu depoimento, mais uma vez mostrou-se contrário ao processo político vigente no País, Esboçando severas críticas ao AI-5, ao bipartidarismo, ao processo instaurado contra o deputado Francisco Pinto, à repressão policial, à política de desenvolvimento do governo e ao voto da base/através do líder.

As perguntas foram formuladas por jornalistas dos jornais: Diário de Pernambuco, O Globo, o Estado de São Paulo e Jornal do Brasil; e das revistas: Manchete, Vicão e Veja, pelo que se estira uma repercussão ao âmbito nacional da reportagem.

Na sessão realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco no dia 19.06.74, o Deputado Estadual Jarbas de Andrade Vasconcelos (MDB), a respeito do requerimento que solicitava consignar em ata, um voto de aplauso ao Sr. Presidente da República, ao Presidente Aliança Renovadora Nacional, ao Ministro Bráulio Guairos Leite e ao Sr. José Francisco de Moura / Cavalcanti, pela escolha do último para candidato a Governador do Estado, no pleito indireto que irá realizar-se no dia 03 de Outubro de 1974, manifestou seu pensamento através de Declaração de Voto contrário.

Combativo desde o início de seu discurso, o referido deputado atacou toda a estrutura da Revolução de 31 mar 64, acusando-a de desrespeitar os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, citando artigo por artigo, "ilustrando" com casos, a exemplo de D. Helder Pessoa Câmara, em suas frequentes críticas ao governo Revolucionário.

Fazendo um paralelo entre o Brasil atual e o Portugal do sa-  
lazarismo, afirmou que "quase meio século de silêncio forçado,  
não contribuiu para desmemorar a consciência do povo portu-  
guês, nem apagar em sua inteligência o senso de liberdade, e  
que no caso do Brasil, dez anos de atos institucionais e de leis  
de exceção, não conseguiram mudar a voz dos homens livres".

## AGÊNCIA SALVADOR

### a. Pronunciamentos de políticos contestando a Revolução de 31 Mar 64:

#### 1) - Principais pronunciamentos de políticos de oposição, de caráter contestatório aos ideais e princípios da Revolução de 64:

No dia 20 Jun 74, o Deputado AFRÍSIO VIEIRA LIMA, da ARENA, Presidente da Assembléia Legislativa e ex-líder do Governador ACM na mesma Casa, pronunciou um violento discurso, já analisado no item Abertura Política, que serviu de reforço às teses defendidas pelo MDB, reconhecidas de público por um líder da ARENA.

No dia 23 Jul 74, o Deputado Federal FRANCISCO PINTO, do / MDB/BA, concedeu uma entrevista a "Radio Cultura de FEIRA DE SANTANA", em que ratificou as acusações feitas ao Gen PINOCHET e criticou acerbamente o Governo por havê-lo processado.

O Sr JOSAFÁ MARINHO, ex-Senador pelo MDB e líder de grande prestígio na oposição baiana fez declarações ao jornal "A Tarde", no dia 13 Jul 74, justificando a sua decisão de não concorrer ao Senado, face "as condições gerais da política, a falta de funcionamento regular dos Partidos, no plano nacional e nos Estados, o desprestígio do Poder Legislativo, com a diminuição de suas atribuições". No mesmo jornal, edição de 14 Ago 74, declarou-se o mesmo contrário ao bipartidarismo, porque, "monopolizando o uso dos mecanismos institucionais, o bipartidarismo elimina a / possibilidade de conquista pacífica do poder pelos grupos divergentes, a que são vedados, quase sempre, os meios de comunicação de massa." (Anexos N<sup>os</sup> 24, 25 e 26 ).

A lei que transfere para a Justiça Eleitoral o encargo do transporte e alimentação dos eleitores foi violentamente atacada pelos líderes do MDB, Deputados Estaduais CLODOALDO CAMPOS e WILTON MACEDO CAMPOS, acusando-a de ser uma forma encontrada pela ARENA para evitar a grande abstenção nas zonas rurais. (Anexo N<sup>o</sup> 27 ).

O problema do aumento do custo de vida e a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores assalariados vem sendo seguidamente abordado pelos líderes do MDB na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal da BAHIA e de SESSIPE. Os oposicionistas procuram demonstrar, muitas vezes com o auxílio de dados estatísticos, que a

elevação do custo de vida vem sendo maior do que a elevação salarial e que não existe qualquer controle dos preços. (Anexos N<sup>os</sup> 28 a 29 ).

No dia 07 Jun 74, a pretexto de comemorar o "Dia da Imprensa", os líderes do MDB voltaram a abordar o tema da liberdade de expressão, tendo o Deputado NEWTON MACEDO CAMPOS advertido que o / setor da imprensa "vive a limitação de liberdade no Brasil e passa por um momento de censura parcial e, em alguns Estados, por / constrangimentos oficiais." (Anexos N<sup>os</sup> 30 e 31 ).

2) - Repercussão desses pronunciamentos na opinião pública, em especial nos meios políticos, universitário e estudantil:

O pronunciamento do Deputado AFRÍSIO VIEIRA LIMA foi dezoradamente aplaudido na Assembléia Legislativa, por membros do MDB e da ARENA, que o consideraram "corajoso". Todos os jornais de Salvador fizeram comentários elogiando os seus termos mas o assunto caiu no esquecimento após uma semana, sem obter repercussão / popular.

A entrevista do Deputado FRANCISCO PINTO à "Radio Cultura de Feira de Santana" obteve grande repercussão nessa cidade e no seio do MDB. Em SALVADOR, somente passou a despertar algum interesse após a notícia da suspensão da emissora, ato esse que / despertou solidariedade à "Radio Cultura" dos jornais "A Tarde" e "Tribuna da Bahia", este último sempre pronto a dar cobertura ao MDB e a elementos da oposição. Exceto em FEIRA DE SANTANA, / onde foram organizadas manifestações de apoio ao Deputado FRANCISCO PINTO e a emissora, por elementos do MDB local, o fato não provocou maior interesse. Em FEIRA DE SANTANA, no dia da suspensão da "Radio Cultura", esta bateu todos os recordes de audiência na região, ante a curiosidade popular de assistir ao momento

em que a emissora era retirada do ar. ( Anexos Ns 32 a 35 ).

Os pronunciamentos do Sr JOSAPÁ MARINHO encontram sempre boa repercussão em parte da opinião pública, sobretudo entre as lideranças políticas, intelectuais e classe estudantil, dado o ótimo conceito que desfruta, como jurista, homem de vasta cultura, político equilibrado e, reconhecidamente avesso ao comunismo e as soluções violentas. A sua desistência em concorrer ao Senado e o consequente caos em que se encontra o MDB na Bahia, sem condições de apontar outro nome que una o partido, demonstram a sua capacidade de liderança e a autoridade moral que desfruta no MDB.

Dentre os demais pronunciamentos de contestação ao regime, o que encontra maior ressonância em todos os setores da opinião pública, independente de filiação partidária, é o constante aumento do custo de vida e a falta de mecanismos de controle dos aumentos, ao nível do consumidor. Apesar de o novo Governo vir / apresentando os dados reais do aumento verificado, o povo está convencido de que tais números ainda estão aquém da realidade. Explorando essa crença popular, o Vereador AURELIO LISBOA, do MDB, declarou recentemente na Câmara Municipal de Salvador que os / 36% anunciados pelo Ministro SIMONSEN estavam, corretos, somente que, ao invés de ser "ao ano", seriam "por mês". (Anexo N 36 ).

No meio universitário continuam obtendo ressonância os temas relacionados com a liberdade individual (revogação do AI-5, do Decreto 477, extinção da censura), problemas educacionais, (/ ensino pago, falta de recursos etc) e críticas ao "modelo brasileiro. Após o pronunciamento do Deputado FRANCISCO PINTO na Rádio Cultura, houve novamente distribuição do seu discurso na Câmara Federal, minegrado, em SALVADOR e PEIRA DE SANTANA.

No meio estudantil não foram assinaladas repercussões dos pronunciamentos acima citados. Este setor tem se apresentado calmo e sem perturbações na área da ASV/SNI.

## AGÊNCIA BELO HORIZONTE

- a. Entendida a expressão contestação como a negação do Regime ou de princípios básicos que a Revolução se propôs a resguardar, raros têm sido os pronunciamentos públicos de políticos contestando o Movimento de 1964.

Temos observado uma oposição sistemática, orientada, e que se torna cada dia mais violenta.

O núcleo oposicionista encontra-se na Assembleia Legislativa e, sobre ele, já produzimos a Informação nº 116/ABH/74.

Dissemos, no documento, que a pequena bancada emedebista em MG, composta de 12 deputados, vem procurando compensar sua inferioridade numérica com pronunciamentos diários e cada dia mais radicais.

- b. Destacamos a atuação dos Deputados Estaduais DALTON CANABRAVA, MARCOS WELLINGTON DE CASTRO TITO e RAIMUNDO TARCÍSIO DELGADO.

- 1) DALTON CANABRAVA vem desencadeando ferrenha oposição ao Governo Federal e Estadual e tem escolhido, como temas centrais de seus discursos, o custo de vida, a propaganda oficial, o processo político e o sistema eleitoral:

- No dia 21 de março de 1974, DALTON fez um pronunciamento na AL, afirmando que "o Movimento de 31 de Março desviou-se do rumo da democracia plena, limitando a liberdade do homem ao mínimo, suprimindo as eleições diretas, abolindo o "habeas corpus", fazendo a censura sistemática à imprensa e a todas as manifestações artísticas e culturais".

- No seu primeiro discurso, como líder do MDB, deste ano, afirmou que "o 31 de março perdeu-se na marginalização de suas lideranças primeiras, particularmente aquelas que, tanto na esfera civil como na militar, almejavam para o BRASIL um futuro de ampliação e não de liquidação das conquistas sociais e intelectuais na nossa gente".

- Em outro discurso, discorrendo sobre a sucessão mineira, DALTON CANABRAVA disse: "a eleição não é democrática. É fraude. O Governador de Minas, que não representará o povo, não será legitimamente Governador, mas o gerente que ocupará a direção do Estado. Esta eleição representa o carimbo da vontade de um eleitor só, que não é do Minas Gerais e não foi escolhido pelo povo mineiro".

- De outra feita, o parlamentar emedebista, na tribuna da Assembléia, tomou a defesa do Dep Fed FRANCISCO PINTO (MDB/

BA), processado por o ser o Chefe do Governo Chileno. Disse o líder, entre outras coisas, que "o nosso querido correligionário e colega, FRANCISCO PIETO, tinha razão, quando expressou a opinião do povo brasileiro de ressentimento contra o Presidente do Chile".

- Ainda na Assembléia, no dia 10 Abr 74, DALTON CANABRAVA criticou a nota oficial do Ministério da Justiça, sobre as pessoas que tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos.

Segundo ele, "o Sr Ministro foi mais realista que o rei por que, enquanto o AI-5 os cassou por 10 anos, sua excelência o fez "ad aeternum".

- 2) MARCOS TITO também vem adotando posição extremada e, na Informação nº 116/74, afirmamos que há sérias suspeitas de que o Parlamentar conte com o apoio do PCB.

- Tem dirigido críticas ao Governo Federal, apoiando-se no lema "devemos prosseguir na luta para demonstrar aos poderosos de hoje que a mística de desenvolvimento sem liberdade, e de prosperidade sem justiça social, não passa de utopia".

- No dia 19 Mar 74, ocupou a tribuna para, em termos radicais, denunciar "fatos deploráveis que estão ocorrendo em BÉLIO HORIZONTE e que se referem à prisão em massa de estudantes da UFMG".

Durante seu discurso, foi apertado por DALTON CANABRAVA,

que, em termos enérgicos, insinuou que "a abertura que o Governo anunciou é a abertura de prisões, para que elas se encham de jovens idealistas".

- A 02 Mai 74, ao ensejo da comemoração do Dia do Trabalho, MARCOS TITO voltou à tribuna e referiu-se à Revolução como um movimento que depôs um Presidente legalmente constituído e que extinguiu os Partidos Políticos, amputou do Poder Legislativo as suas mais caras prerrogativas, e submeteu o Judiciário ao exercício de uma função meramente contemplativa.

Disse que "centenas de brasileiros foram marginalizados do processo, em direção ao cárcere e ao exterior".

Aproveitando o fato de a galeria da Assembléia Legislativa estar repleta de operários, MARCOS TITO, partindo de premissas falsas e demagógicas, afirmou que, com a alta do custo de vida, o salário mínimo deveria ser de CR\$1.312,14.

3) RAIMUNDO TARCÍSIO DELGADO também, como deputado estadual pelo MDB, vem se caracterizando pelo radicalismo.

Foi líder do Partido no ano passado, tendo seguido a mesma linha de seus colegas DALTON CANABRAVA e MARCOS TITO.

No início deste ano, TARCÍSIO DELGADO declarou à imprensa que "o MDB não deve abrir qualquer crédito de confiança ao futuro Presidente ERNESTO GEISEL, porque, agora vai tudo de mal a pior e a tendência é piorar ainda mais".

No dia 20 Mar 74, criticou violentamente a publicidade oficial sobre o décimo aniversário da Revolução, classificando-a de odiosa.

Ridicularizou a expressão "milagre brasileiro", afirmando que "viver sem alimentação, subnutrido, conforme vive o brasileiro, só mesmo por milagre".

Logo depois de pronunciar seu discurso, o deputado providenciou diversas cópias do mesmo, distribuindo-as aos órgãos de representação de classe, principalmente estudantes.

c. Durante a Convenção do MDB, realizada a 25 Ago 74, houve pronunciamentos radicais, conforme informamos à AC, através da Informação nº 210/AEM/74.

1) Destacou-se na oportunidade, o Dep Fed NADIR ROSSETTI (MDB/RS)

Esse parlamentar acusou a ARENA de tentar inseminar artificialmente um regime democrático ao povo brasileiro. Disse que "em 1964, derrubarem-nos do poder, pelas armas, mas haveremos de derrubá-los um dia, através da vontade popular". Afirmou que veio a Minas Gerais para "daqui levar a grande lição de como se combate os Governos de bolsa e de como se luta contra as ditaduras".

Enfatizou que "a violência, a opressão, a tortura, a morte têm feito com que a juventude brasileira se afaste um pouco da problemática nacional", mas que "não devemos nos esquecer dos que estão sendo torturados, nos porões da ditadura". Disse, ainda, ao final do seu discurso, que "o povo brasileiro foi transformado em escravo, teve sua consciência adormecida, foi vilipendiado pela força e pela violência do Governo que nos imprimiram em 1964".

2) O Dep Fed JORGE FERRAZ, Presidente do Diretório Regional do MDB, também discursou na oportunidade, afirmando, entre outras coisas, que "os instrumentos que aviltam a dignidade da pessoa humana, tenham o nome que tiverem, AI-5, DL-477, censura prévia, ameaças, prisões e torturas, são incompatíveis com a própria idéia de nacionalidade".

d. A repercussão destes pronunciamentos tem sido razoável, nesta área:

- 1) Os meios de comunicação social normalmente veiculam as notícias da oposição, embora o façam com cautela. Geralmente não são levadas até ao público as expressões mais violentas que atingem a qualquer nível do Governo. No comício do MDB, por exemplo, houve transmissão por duas emissoras de rádio. Todavia, quando falava o Dep Fed NADIR ROSSETTI, sinais-áudio foram introduzidos na transmissão, tornando o discurso ininteligível. A iniciativa foi da própria emissora que comandava a transmissão.
- 2) Nos meios universitários, as teses da oposição tem logrado alguma repercussão pois, alguns deputados, como MARCOS TITO e TARCÍSIO DELGADO costumam distribuir seus discursos nos Centros Acadêmicos.
- 3) Não detetamos, como já dissemos, receptividade de teses do MDB no setor progressista do clero. Apenas o Dep Fed JOSÉ DE SOUZA NOBRE (MDB/MS), que é padre, vem se esforçando em manter a Igreja Católica sintonizada com as diretrizes emendadas. Todavia, não parece estar conseguindo êxitos consideráveis. Os líderes religiosos não se pronunciam através dos meios de comunicação social, sobre a matéria política, nesta área.
- 4) As críticas contestatórias à Revolução de 64 têm receptividade nos setores intelectuais de esquerda.

## NÚCLEO DA AGÊNCIA GOIÂNIA

- 1) Em GOIÁS políticos do MDB têm contestado a Revolução de 31 de Março. Uma síntese das críticas foi ouvida na recente convenção regional daquela organização que escolheu os seus candidatos ao Senado, Câmara Federal e à Assembleia Legislativa (15. 4. 64).
- 2) São praticamente nulas, até o momento, as repercussões dos pronunciamentos políticos anti-revolucionários nos meios universitário e estudantil. No meio político propriamente dito é também restrita a repercussão.

## AGÊNCIA BRASÍLIA

1) Apreciar os principais pronunciamentos de políticos de projeção nacional ou mesmo estadual, nesses últimos meses, e que se revistam de caráter contestatório aos ideais e princípios da Revolução de 31 de Março de 1964:

a) Deputado ALENCAR FURTADO (MDB/PR) pronunciando-se sobre a sucessão governamental nos Estados, teceu violentas críticas ao Governo e à Revolução. Evidenciou-se o caráter contestatório do discurso, pelo tom sarcástico com que o orador buscou atingir o regime, inclusive, com veladas referências ao Presidente da República. Diz, a certa altura, que "... ditadura que se presta, tem de ser ditadura. Democracia que se presta, tem de ser democracia. Ditadura Democrática ou democrática ditadura são inverdades políticas abomináveis". Mais adiante, assevera: "Os magnatas do poder político não podem sob pretextos, comprometer a História do Brasil inclusive nesse trabalho de deseducar a juventude, transmitindo-lhe desamor às instituições deste país" (20/11/64).

b) Deputado FERNANDO CUNHA JUNIOR (MDB/GO) comentando a instauração do processo contra o Deputado FRANCISCO PINTO e a imunidade parlamentar, verberou a atitude do Governo, tachando o regime vigente de continuar "com a mesma prática de Governos anteriores, ensejando ao sistema que, com o poder da força, possa se perpetuar no poder através do regime de exceção" (20/11/64).

c) Deputado LISÂNEAS MACIEL (MDB/GB), em discurso pronunciado sobre as garantias dos direitos individuais, comenta manifestação do Presidente ERNESTO GRISEL, à época da sua indicação à Presidência da Re-

## AGÊNCIA BRASÍLIA

1) Apreciar os principais pronunciamentos de políticos de projeção nacional ou mesmo estadual, nesses últimos meses, e que se revistam de caráter contestatório aos ideais e princípios da Revolução de 31 de Março de 1964:

a) Deputado ALENCAR FURTADO (MDB/PR) pronunciando-se sobre a sucessão governamental nos Estados, teceu violentas críticas ao Governo e à Revolução. Evidencia-se o caráter contestatório do discurso, pelo tom sarcástico com que o orador buscou atingir o regime, inclusive, com veladas referências ao Presidente da República. Diz, a certa altura, que "... ditadura que se presta, tem de ser ditadura. Democracia que se presta, tem de ser democracia. Ditadura Democrática ou democrática ditadura são inverdades políticas abomináveis". Mais adiante, assevera: "Os magnatas do poder político não podem sob pretextos, comprometer a História do Brasil inclusive nesse trabalho de desseducar a juventude, transmitindo-lhe desamor às instituições deste país" (1964).

b) Deputado FERNANDO CUNHA JUNIOR (MDB/GO) comentando a instauração do processo contra o Deputado FRANCISCO PINTO e a imunidade parlamentar, verberou a atitude do Governo, tachando o regime vigente de continuar "com a mesma prática de Governos anteriores, ensejando ao sistema que, com o poder da força, possa se perpetuar no poder através do regime de exceção" (1964).

c) Deputado LISÂNEAS MAGYEL (MDB/CE), em discurso pronunciado sobre as garantias dos direitos individuais, comenta manifestação do Presidente ERNESTO GRISEL, à época da sua indicação à Presidência da Re-

pública, em conotação com os direitos individuais. Criticando autoridades policiais, diz que o Governo se vê "impotente, inerte e em dificuldades" para punir os autores de práticas contra os direitos individuais. O mesmo deputado, em outro discurso sobre "a nota do Sr. Ministro das Comunicações a respeito da suspensão de uma emissora de rádio, no Estado da Bahia, que teria reproduzido declarações do Deputado FRANCISCO PINTO, censurou o Poder Executivo que estaria absorvendo atribuições do Poder Legislativo.

- 2) Apreciar a repercussão desses pronunciamentos em setores da opinião pública, em especial no setor progressista do clero, nos setores de intelectuais da esquerda e meios universitários.

- Não observado

## AGÊNCIA CAMPO GRANDE

- No período, não se registraram pronunciamentos desse teor no Estado. As manifestações de projeção nacional não alcançaram repercussão na área.

## AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

1) Síntese dos principais pronunciamentos de políticos de projeção nacional e estadual que se revistam de caráter contestatório à Revolução de 64.

- GL/RJ (02 Jan 74) - NELSON CARNEIRO, Sen MDB/GB: A cada ano que passa nascem e morrem as esperanças de fim do regime de exceção e do amanhecer da instauração democrática.

- TI/RJ (03 Jan 74) - O grupo dos "autênticos" do MDB exige a retirada das candidaturas dos Srs ULISSES GUIMARÃES e BARBOSA LIMA SOBRINHO à Presidência da República, porque esta iniciativa, segundo eles, significa a mesma coisa que coonestar o regime.

- TI/RJ (11 Jan 74) - BARBOSA LIMA SOBRINHO, anticandidato do MDB à vice-presidência, disse que mesmo que ao sistema tenha agradado o lançamento de candidatos pelo MDB, certamente não terá ficado satisfeito com a natureza dos pronunciamentos que fizeram ULISSES e ele próprio no decorrer da campanha e nos quais caracterizavam um protesto e inconformismo diante de um processo. Observou que a linguagem usada por ULISSES não foi moderada ou indulgente. Defendeu a permanência das candidaturas do MDB até o fim e a votar neles, precisamente para consignar seu protesto.

- GL/GB e JR/GB (12 Jan 74) - ULISSES GUIMARÃES, Dep Fed MDB/SP: Classificou de "surrealista" a atual eleição para a Presidência da República porque "não há eleitores nem candidatos, mas sim o sucessor antecipadamente escolhido". Mesmo assim, a conjuntura serviu aos interesses do MDB, que se aproveitou das candidaturas próprias para organizar reuniões e concentrações públicas que de outra forma não seriam possíveis. Importante também foi o fato de termos vencido a barreira do medo, que nos últi

nos anos tornou-se o maior espeelho à normalização da atividade política. "O que se fez não foi uma campanha, pois não existe eleição, mas foi uma boa oportunidade da Oposição manter contato com o povo que está marginalizado do processo político". Utilizamos as armas legais que o próprio regime que combatemos nos oferece.

- GL e JB/RJ (12 Jan 74) - BARBOSA LIMA SOBRINHO: Resumiu a campanha dos candidatos do MDB à Presidência da República, como "uma maneira de protestar e contestar", ainda que aos candidatos do MDB tenha sido negado o direito de propaganda gratuita.
- GL/RJ (15 Jan 74) - ULISSES GUIMARÃES. Não sou senão um candidato de protesto e defenderei o combate ao AI-5, o protesto contra a censura dos meios de divulgação e a pregação da anistia.
- GL, JB e TI/RJ (16 Jan 74) - ULISSES GUIMARÃES, na reunião do Colégio Eleitoral que elegeu o Presidente da República, em longo pronunciamento, iniciado com a expressão "o MDB denuncia e condena a cassação nacional, regional e local, esta nos capitais e dezenas de municípios, do direito político do povo brasileiro de eleger, pelo voto direto, o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Governadores e Vice-Governadores dos Estados, Prefeitos e Vice-Prefeitos", fez ampla defesa dos pontos de vista contestatórios do MDB ao regime.
- CM (07 Fev 74) - TALES RAMALHO, Dep Fed MDB, manifestou-se favorável à regulamentação do dispositivo constitucional sobre a perda e a reacquirição dos direitos políticos (Art 149 da Constituição, § 3) para resolver "a situação residual de muitos brasileiros que perderam seus direitos políticos por dez anos e chegam, a partir de nove de abril próximo, ao termo das sanções revolucionárias".

- GI/RJ (08 Fev 74) - WALTER SILVA, Dep Fed MDB/RJ, disse que dez anos depois de suprimida a participação do povo na escolha de seus governadores, sem os êxitos anunciados e esperados, fica evidente, nos contatos que somos obrigados a manter com o homem simples da rua, o desejo de voltar ele a decidir quem melhor exercerá o "munus" público.
- JB/RJ (09 Fev 74) - PADRE NOBRE, Dep Fed MDB/MG, disse que vai sugerir à direção oposicionista o lançamento de anticandidatos aos governos estaduais, pois "é a melhor maneira de que dispõe o MDB para debater com o povo as terríveis dificuldades por que passa a Nação".
- JB/RJ (03 Mar 74) - O Dep Fed ULISSES GUIMARÃES, MDB/SP, informou que o MDB está disposto a aceitar a filiação de elementos que tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos, tão logo termine o prazo da punição, a 10 de abril próximo, "inclusive para integrá-los ativamente na luta pelo seu programa e vitória de seus candidatos". Com o término do prazo de 10 anos das cassações "surtem elocubrações <sup>2</sup>pendentes até a desmentir a exatidão da matemática. Dez anos não podem significar tempo além desse limite". Transformá-los em pena vitalícia seria um recuo à época medieval. Considera inadmissível in pedir, também, que os punidos com suspensão dos direitos políticos por 10 anos, que readquirirem o direito de votar, não possam ingressar nos partidos e exercer atividade partidária, "numa absurda situação de possuir meia cidadania".
- FL (06 Mar 74) - Dep Est CLÁUDIO MOACIR, MDB/RJ, disse que a grandiosidade e a suntuosidade da Ponte Rio-Kite-rói não encobrem certos aspectos negativos dos governos revolucionários, salientando que, após dez anos, ainda não foi resolvido o problema institucional brasileiro. Criticou, também, a elevação do custo de vida.

- GL/RJ (06 Mar 74) - O Dep Fed ULISSES GUIMARÃES, MDB/SP, disse que o MDB está disposto a manter conversações com o Ministro ARMANDO PALCÃO, desde que seja solicitado. "Evidentemente, a Oposição estaria sempre disposta a conversar sobre temas como a volta do Habeas-Corpus, o fim da censura e do AI-5, ou pelo menos sobre um método gradualista de obtenção destas reivindicações políticas".
- GL/RJ (15 Mar 74) - O Dep Fed J. C. DE ARAUJO JORGE, do MDB/GE, classificou de antidemocrática a tese de cassação do mandato dos "autênticos" do Partido da Oposição, que foi atribuída ao Dep ETELVINO LINS. Acentuou que ninguém faz oposição sem contestar, a menos que essas palavras não sejam tomadas nos sentidos registrados nos dicionários. "A luta da Oposição é no sentido de que o País retorne ao Estado de direito.
- JE/RJ (16 Mar 74) - o Dep Fed FERNANDO LIRA, MDB do grupo "autêntico", disse, em referência à posse do Governo GEISEL, que tem esperança na revogação do AI-5 e do Decreto-Lei 477 e em medidas objetivas para conter a alta do custo de vida.
- DN/RJ (21 Mar 74) - Dep Est RUBEEM DOURADO, líder do MDB na ALEG, considerou muito oportuno o pronunciamento político do Presidente GEISEL, anteceden, em ISB, na primeira reunião ministerial. Disse que "o Brasil, progressivamente, vai alcançando o aperfeiçoamento do seu modelo político, e não nos sentimos mais uma Nação de infraestrutura vulnerável." Acrescentou que "o Judiciário, incluindo o STM e as respectivas Auditorias Militares, podem resolver os problemas da Segurança Nacional, já que todas as infrações estão previstas em lei". "Por isso, entendo que a esta altura o Ato 5 e as leis de exceção não são mais necessárias" - concluiu.
- GL/RJ (22 Mar 74) - O líder da Oposição da Câmara dos Deputados, LAERTE VIEIRA, fez um retrospecto dos atos da Revolução. frisou que o Governo, com a extinção dos

- partidos, perdeu a base de sustentação política, e foi em função do AI-5 que todo o plano de desencadeou, "com o desaparecimento das garantias e a volta da intranquilidade e das punições, a ponto de o Vice-Presidente da República não poder exercer o seu direito de sucessão". Disse que a Oposição estava ali "para denunciar que o Governo Revolucionário falta com os compromissos para com o povo no tocante ao ordenamento jurídico-político-constitucional". "A prova de que essa dívida existe são as promessas de resgate ao longo deste 10 anos" - afirmou. Ressaltou que "o novo Presidente passou a falar no binômio segurança e desenvolvimento, esquecendo a essência do regime, que são a liberdade e a democracia".
- TI/RJ (26 Mar 74) - O Sen FRANCO MONTORO (MDB/SP), dizendo transmitir reivindicações da "Juventude Emelebita de SANTA CATARINA", defendeu a idéia da revogação do Decreto-Lei 477 que, na sua opinião, atemoriza os jovens que têm vocação política, levando-os a abandonar qualquer tentativas de participação. Em aparte, o Sen JARBAS PASSARINHO rebateu as críticas, expondo seu ponto de vista de que o referido instrumento pode ser revisto, mas não revogado, "pois ele ainda é visivelmente necessário". No final, o Sen FRANCO MONTORO, com o apoio do Sen DANTON JOHIM, disse que o 477 é peça de uma engrenagem de prepotência e violência.
- JB/RJ (29 Mar 74) - A direção nacional do MDB, "ciente da comunicação feita à Mesa da Câmara dos Deputados pelo Sr Ministro da Justiça, de que o Governo decidiu promover a responsabilidade penal do Sr Deputado FRANCISCO PINTO, como incurso na Lei de Segurança Nacional, por haver, no exercício do mandato, proferido discurso considerado ofensivo ao Chefe da Junta Militar do CHILE", distribuiu nota oficial, protestando "contra mais este atentado ao instituto da inviolabilidade parlamentar, que se junta ao da censura constante aos pronunci

amentos da Oposição". Diz que o Governo "traumatiza a consciência democrática do povo brasileiro e dificulta a concretização do anseio de pacificação nacional, gerando intranquilidade que atinge e perturba profundamente o processo eleitoral em curso".

- JB/RJ (29 Mar 74) - O Sen EURICO RESENDE (ARENA/ES) afirmou, na Tribuna, que o Dep FRANCISCO PINTO está "há muito empenhado em subverter a ordem, numa atitude contestatória que não pode ser tolerada".
- GL/RJ (30 Mar 74) - O "GRUPO AUTÊNTICO" do MDB distribuiu nota a imprensa sobre o processo contra o Dep FRANCISCO PINTO. Diz a nota que "a representação contra o Deputado configura-se como mais uma investida contra o Poder Legislativo e a própria classe política". Ao final, os AUTÊNTICOS "expressam sua solidariedade ao Dep FRANCISCO PINTO: "prestamos ao nobre companheiro Deputado FRANCISCO PINTO a honra e o dever de nossa inquebrantável solidariedade diante deste episódio que não atinge apenas sua exemplar vida pública, mas que constitui mais um duro momento de prova para os que insistem, nestes tempos sombrios, em defender a justiça, a liberdade e os valores suspensos da dignidade da pessoa humana".
- TI/RJ (05 Abr 74) - Dizendo respeitar a opinião de seus companheiros de partido, que desejam lançar candidato próprio à sucessão estadual, para fixar uma posição política, o deputado MÁRCIO MACEDO, líder do MDB na AL/RJ, condenou esta tese, dizendo que ela foi aplicada no plano nacional com o objetivo de dar dimensão global à doutrina da oposição e mostrar as contradições existentes. Mas, no plano estadual, não faz sentido aplicar a mesma técnica, "pois nós somos contra as eleições indiretas e apresentando candidato à sucessão, por esta via, estaremos dando validade a um sistema que repudiamos". Ele acha que o MDB deve fixar-se em pontos que podem sensibilizar o eleitorado, como a alta do custo de vida, o enfraqueci

mento da pequena e média empresa, o empobrecimento da burguesia e outras situações que estão agora sendo discutidas.

- JB/RJ (03 Mai 74) - O Dep JOSÉ SOUZA ROEHE (MDB/IG) declarou que seu partido "considera antidemocrática a forma como são escolhidos os governadores, porque o povo está totalmente excluído do processo. Diz mais adiante, que o Governo não admite eleições diretas para Governador e Presidente da República, porque tem receio de perder as eleições, através da manifestação da livre vontade popular. Completou dizendo que a escolha dos futuros Governadores é uma "antieleição".
- DN/RJ (03 Mai 74) - O Dep Fed ARENA/RJ CLOVIS STREIBEL disse discordar totalmente do processo de escolha dos candidatos a sucessão estadual. Alerta que vem reclamando desse processo desde o Governo anterior no Gen GEISEL. Acha o método de escolha deveria ser feito na convenção partidária, pois no método utilizado pelo Governo Federal ele torna-se "gerador de ressentimentos e sobretudo de injustiças, justamente por permitir vetos a nomes."
- GL/RJ (09 Mai 74) - Sob o título "Ordem dos Advogados envia memorial ao Ministro da Justiça" é publicada, na íntegra, o memorial, assinado pelo presidente da OAB, JOSÉ RIBEIRO DE CASTRO FILHO, em que a classe política aponta sua preocupação pela realização da Justiça do País. Este documento enumera 10 itens que estariam dificultando o exercício da advocacia no País. São eles, em síntese:
  - 1 - Supressão das garantias constitucionais;
  - 2 - funcionamento ineficiente do Conselho de Defesa da Pessoa Humana;
  - 3 - abolição do "habeas-Corpus";
  - 4 - clandestinidade de detenções e prisões;

- 5 - incomunicabilidade imposta a detidos e presos;
- 6 - sequestro de advogados e buscas domiciliares;
- 7 - tratamento desumano e degradante imposto a presos e a seus patronos;
- 8 - censura prévia;
- 9 - impunidade de autoridades arbitrárias;
- 10 - identificação abusiva, descabida e injusta do advogado com a ideologia de seu cliente.

- JR/RJ (13 Mai 74) - O Dep Fed OSIRIS PONTES, MDB/CE, em entrevista fornecida ao repórter por ocasião da sua de sistência à reeleição em 1974, acrescenta que "ser deputado hoje no Brasil não é só ganhar pouco, não decidir nada e sofrer muitas humilhações: é não dar assistência à própria família." Diz o artigo que a exemplo deste Deputado, há pelo menos outros 60 parlamentares, tanto da Oposição quanto da ARENA, que enunciam a sua retirada da vida pública, em função de decepções e frustrações "incontornáveis no argumento".

- No GI/RJ de 19 Mai 74, o Senador NELSON CARNEIRO dá uma entrevista, onde falando sobre a decisão de "cerca de 60 deputados" de não disputarem as eleições, alegou que deve-se o fato "a fase de declínio imposta pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo". No JB do mesmo dia, atribuem ao mesmo Senador as seguintes palavras, ainda sobre o assunto em tela: o fato se deve "a fase de declínio imposta pelo Executivo ao Legislativo, como o castigo pela atitude que tomou em fins de 1968". Faz menção, adiante, que nesta época a Câmara negou a licença para processar o então Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES.

- No GI/RJ de 24 Mai 74, é feito um relato de debates ocorridos na Câmara dos Deputados, em Brasília, sobre o processo de escolha de governadores no qual representantes da ARENA julgavam a missão PETRÔNIO PORTELA "como o exercício de um legítimo direito da ARENA", enquanto

os representantes da Oposição classificavam de "espúrio, mesquinho e tragicômico". O Dep FERNANDO LIRA afirmou que no Governo ninguém quer admitir a existência de uma crise política, "sendo esta a razão pela qual tudo se faz para se conservar o Brasil longe de sua destinação democrática, a despeito do decurso do tempo e de fracassos experimentados". Entre outras reclamações, cita, com referência ao caso do Dep FRANCISCO PINTO, que elementos do próprio Congresso, "com medo, com inequívoca subserviência, ainda têm o desprazer de afirmar que foi um gesto de apreço ao Legislativo evitar-se o uso de atos de exceção".

- GI/RJ (02 Jun 74) - publica na íntegra a nota do Dep Fed FRANCISCO PINTO sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal, que aceitou, por unanimidade, a denúncia contra ele apresentada pelo Procurador-Geral da República. Diz o deputado que não quer ainda se manifestar, mas que recebeu a decisão com surpresa porque foi inteiramente desfavorável a ele e às instituições que com ele estão sendo julgadas. No final da nota assim se expressa: "Não temo por mim, temo pelo Congresso. Temo pela imprensa. Temo pelos juizes. Temo por todas as instituições da Nação intranquilizada. Pelo povo desgarantido". Termina dizendo: "Espero que as instituições ameaçadas no processo saibam, também, responder à prepotência".

- JB/RJ (06 Jun 74) - publica notícia com a seguinte manchete: "NINA quer o fim do AI-5". Comenta a notícia que o Dep Fed NINA RIBEIRO da ARENA/GB, utilizando a bancada do MDB e arrancando aplausos dos representantes da oposição, depois de dizer que a Revolução de 64 precisa se institucionalizar; afirmou que o AI-5 já não é mais necessário, pois "prolonga-se no tempo sem desvincular o seu caráter transitório" e que já é tempo de termos uma constituição compatível com a cultura jurídica brasileira". Na

parte final da notícia o Deputado diz que já se faz necessário dar ao Brasil o modelo político que merece uma vez que é tempo de criar, das forças vivas de nossa civilização, instituições autênticas que sirvam ao bem comum e, por isto mesmo, tenham perpetuação no curso da História.

- JB/RJ (06 Jul 74) - O presidente nacional do MDB, Deputado ULISSES GUILMARÃES, durante almoço oferecido pelo Diretório Nacional e a Comissão Executiva do MDB ao Clube dos Repórteres Políticos, defendeu a necessidade de uma maior autonomia econômica dos municípios, lembrando que a oportunidade para isto seria na elaboração do modelo político brasileiro. Disse que "uma das crises que o país vive hoje é a semântica. Precisamos então inventar palavras: primeiro foi a manutenção do regime democrático, depois veio a normalidade democrática, seguida de abertura política e agora o modelo político brasileiro. Aliás, todos os regimes de força tiveram os seus filósofos". Referindo-se à fusão GUANABARA-RIO DE JANEIRO, diz que a mesma contraria diversos artigos da Constituição, além de criticar a sua realização através de lei complementar. Para ele o que o governo realmente pretende com a elaboração de um modelo político para o país é "a preservação da nomeação de governadores. Parece - afirmou - que estamos voltando ao Império com a centralização. E além de outros males que a medida possa trazer, ela é ainda anti-histórica". Afirmando que "não somos destruidores de intenções e até a elogiamos", disse que o passo inicial para a volta da democracia seria com uma reformulação política, pois sem ela não pode haver nenhuma outra: nem a social, nem a econômica, nem a financeira".
- JB/RJ (13 Jul 74) - O presidente do MDB, Dep ULISSES GUILMARÃES, disse, numa concentração do Partido, em RI-

BEIRÃO PRETO, que o verso de FERNANDO PESSOA "navegar é preciso, viver não é preciso", acabou se transformando no lema da oposição. "E nós, do MDB, somos o que vamos navegar, lutar, e na nau do voto carregar esta Nação para o chão limpo, decente e honrado da liberdade e da democracia. O MDB - disse - é uma Oposição que luta e se opõe, não uma Oposição consentida. E o que quer essa posição? O Poder Legislativo de verdade e não um subproduto subordinado ao superpoder que é o Executivo e seu ato institucional.

- JB/RJ (15 Jul 74) - O professor JOSAFÁ MARINHO afirmou que toda atividade política no país se desenvolve sob a vigência de normas que restringem os pronunciamentos enquanto é crescente o enfraquecimento do Congresso Nacional "limitado excessivamente nas suas atribuições ou abdicando das que lhe restam". Em entrevista, explicou as razões que o levaram a não aceitar a sua indicação como candidato do MDB ao Senado ou a Câmara Federal para a qual se elegeria com facilidade, como acreditam os meios políticos locais. Sua defecção - explicou - não significa o abandono de vida pública "mas uma forma de ser fiel a minha consciência e de respeitar o povo e a cada cidadão".

- GL/RJ (27 Jul 74) - O Sen FRANCO MONTORO (MDB/SP) considera que crescimento econômico e aumento de produção não deixam de ser importantes, mas também não é tudo, "porque não basta que o País progrida e o povo retroceda em suas aspirações de educação e alimentação". Disse que a excessiva centralização significa concentração absurda de poderes econômicos e políticos nas mãos do Governo Federal, o que impede a crítica e o debate dos problemas. É preciso respeitar os direitos fundamentais da pessoa e das instituições que integram a comunidade nacional, com as associações de classe, a imprensa, os sindicatos, as universidades, a Igreja. Afirmou o Senador

que a função do estado não é de absorver ou dominar essas entidades mas, de ouvi-las e respeitá-las, desde que atuem dentro da lei, "é, em última instância, quem deve julgar as violações da lei é sempre o Poder Judiciário".

- JE/RJ (12 Ago 74) - ORESTES QUÉRCIA, escolhido como candidato do MDB/SP ao Senado, falando sobre a situação do País, disse que "a Nação entra na segunda década do silêncio. Aos que não aceitam a submissão contrapõe-se a legislação draconiana, que contraria os mais elementares direitos da pessoa humana. Aos estudantes e professores impõe-se o Decreto-Lei 477. Visando impedir que os erros apareçam, desceu como cortina espessa, censura à imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema". "Alegam que o povo não está preparado para a Democracia, como se para vivê-la se necessitasse de algum preparo ..." Adiante acrescenta: "Tentam, com isto, justificar o afastamento do povo da prática democrática". Ressalta que a Democracia "é o regime de diálogo e não de monólogo, das eleições livres e diretas, e não de homologações de nomes previamente escolhidos, é o regime do respeito à pessoa humana, é o regime da liberdade de expressão, de reunião, de crítica, sem AI-5 ou Decreto 477".

- TI/RJ (15 Ago 74) - PAULO BROSSARD, candidato do MDB/RS ao Senado, defendeu a necessidade de convocação de uma Assembléia Constituinte, salientando que o BRASIL precisa muito mais que uma simples reforma constitucional "pois a Carta que aí está, outorgada pela Junta Militar, é muito ruim, mesmo sem o apêndice institucional que acompanha".

- GL/RJ (21 Ago 74) - O Dep FRANCISCO PINTO distribuiu nota à imprensa sobre a entrevista que concedeu à "Rádio Cultura de Feira de Santana", na qual reafirmou suas afirmações sobre o Chefe do Governo do CHILE. Refere-se

à portaria do Ministro das Comunicações que aplicou uma suspensão de 15 dias à Rádio, "pelo crime de ter me entrevistado há cerca de 40 dias, e às ameaças de submeter-se a novo processo ou ao tacão massacrante do AI-5". Ressalta que "não basta que vivamos sobre a violência do AI-5. Eles precisam, mesmo quando estimulam especulações sobre distensão, que todas as instituições nacionais sejam submetidas ao arbítrio sem limites". Acrescenta: "No episódio particular de violência de que sou vítima, todos estão ameaçados" e cita o Congresso, a imprensa, o rádio e a TV.

- NO GI/RJ de 23 Ago 74, sob o título "MDB fala sobre FRANCISCO PINTO" é publicada uma nota distribuída à imprensa pelo Presidente do MDB, Dep ULISSEES GUIMARÃES. A nota esclarece que "no processo movido contra o Dep FRANCISCO PINTO, o MDB denunciou reiteradas vezes a impossibilidade do parlamentar, no Brasil, contar com as indispensáveis garantias para exercer livremente suas funções". Esclarece mais adiante que no pronunciamento que o mesmo deputado fez mais recentemente, numa emissora em Feira de Santana, motivou à emissora uma punição política e sem base na lei", feita pelo Ministro das Comunicações.
- A Tribuna da Imprensa de 24/25 Ago 74, dando grande destaque (página inteira) publicou na íntegra o discurso pronunciado na convenção do MDB/RN, pelo Dep Fed HENRIQUE EDUARDO ALVES (MDB/RN) - no qual faz, além de um "Discurso de candidato" solicitando votos para si e para o MDB, uma violenta contestação ao Regime Revolucionário. O discurso leva o seguinte título "Palavras aos que vieram comigo, aos que vieram depois de mim e principalmente a geração proscrita dos debates políticos". Como o deputado em questão é jovem (24 anos) a mensagem é dirigida, em princípio, aos "milhares de jovens que frequentam as universidades e os colégios da capital e interior", p

rém, em determinado trecho, não esquece do "povo inteiro", que é citado da seguinte forma: "Agora falarei ao povo inteiro, aos que plantaram a semente, e aos que a conservaram, inútil, nas mãos vazias. Aos que, de todas as idades, cresceram ou envelheceram, sofrendo o amargor desses dias sem perspectivas".

2) Apreciação dos principais pronunciamentos de políticos de projeção nacional e estadual, que, no período, se revestiram de caráter contestatório aos ideais e princípios da Revolução de 1964.

- Analisando-se os pronunciamentos transcritos no item anterior, verifica-se que a oposição em nada inovou nos seus métodos e jargões de contestação ao regime que vem utilizando com monótona continuidade desde 1965, no combate aos instrumentos de defesa da Revolução. Entre eles, destacamos:

- regime de exceção;
- protesto e inconformismo diante de um processo espúrio;
- eleição presidencial "surrealista", sem eleitores e com o eleito antecipadamente escolhido;
- anticandidaturas como maneira de protestar e contestar;
- revogação do AI-5, do Dec-Lei nº 477, da censura;
- anistia;
- restabelecimento do "habeas-corpus";
- volta ao Estado de direito;
- eleições diretas;
- defesa de parlamentares punidos.

Como fatos inusitados podemos destacar:

- a tentativa de promover a volta dos políticos, atingidos pelas sanções revolucionárias, às lides políticas, através da aceitação da filiação no MDB daqueles que completaram 10 anos de suspensão de direitos políticos, como anunciou o Presidente do Partido Opositor, Dep ULISSES GUIMARÃES.

- o teor do discurso do Dep Fed HENRIQUE ELUARDO ALVES, MDB/RN, transcrito na íntegra, com muito destaque, pelo jornal Tribuna da Imprensa da GB, e que, pelas suas conotações, é objeto de Informação em elaboração nesta Agência.

A referida linha de ação contestatória vem, ultimamente, sofrendo críticas por parte de políticos da própria Oposição, que afirmam não ter a conotação ideológica de sua pregação conseguido sensibilizar o eleitorado em favor do MDB, advogando uma linha de ação mais pragmática. Entretanto, acredita-se que ela não será abandonada pela Oposição e sim, intensificada durante a campanha eleitoral.

3) Síntese dos comentários contestatórios ou sobre pronunciamientos contestatórios a Revolução de Março de 1964.

- JB/RJ (22 Jan 74) - Na "Coluna do Castello", sob o título "Imprimir ou Expressar", CARLOS CASTELLO BRANCO diz que "nos regimes de exceção, como o nosso, em que os Partidos carecem de autoridade, deve-se identificar o governo com sua verdadeira fonte de poder, que não é a ARENA mas a revolução, que não é o eleitorado, mas as Forças Armadas".

- JB/RJ (03 Mar 74) - Na "Coluna do Castello" sob o título "As regras a que Medici obedeceu", CARLOS CASTELLO BRANCO comenta que "ao lado da Constituição, já de si defeituosa, a ela se sobrepondo, existe um ato revolucionário que até aqui não gerou a figura de um ditador, mas cuja substância permite tranquilamente caracterizar o regime brasileiro como um regime ditatorial".

- JB/RJ (30 Abr 74) - Na "Coluna do Castello", sob o título "Critérios de Seleção", o comentarista analisa o modo como vem sendo conduzida a escolha dos nomes que irão compor os Governos Estaduais, dizendo que a palavra empregada pelo Senador PETRÔNIO FORTELA - consenso - "é a palavra chave de uma penosa articulação que vem pondo a nu o estado de desagregação e de disputa interna do

Partido majoritário". Alerta que os futuros governadores estaduais não deverão apresentar nenhum programa de governo próprio e que terão que se submeter à orientação traçada por Brasília, "o programa é o da Revolução". Comenta que o governador escolhido conhece as regras do jogo a seguir, "logo aceitará o cargo com o pressuposto da obediência".

Diz ainda que os Governadores deste período, não poderão se integrar em movimentos reivindicatórios e que serão a cópia da figura do político passadista, traçada por GUSTAVO CAPANEMA, isto é, "deverá ser alguém silencioso, cabisbaixo e obediente".

- JB/RJ (14 Mar 74) - Na "Coluna do Castelo" sob o título "O Declínio do Regime" - é analisado o afastamento voluntário de "políticos que contribuíram para dar qualificação intelectual ao Congresso" exemplificando, especificamente, com o caso do Sr. <sup>163402</sup> ~~ELISIO~~ SALGADO. Referindo-se a 60 deputados que anunciaram sua renúncia, afirma que "completam uma deserção silenciosa que vem ocorrendo ao longo da Revolução com grave prejuízo para a continuidade institucional". "A cada eleição cai o nível intelectual da representação política sem que se possa dizer que suba o nível moral". "As pressões deformantes, já diagnosticadas, juntou-se uma nova, paralisante, a pressão do medo. Muitos se afastam da política por medo e muitos jovens deixam de ingressar na vida pública por medo. Afinal a atividade parlamentar poderá ser de repente a causa de um desastre na vida pessoal de quem diverge ou ouse expressar essa divergência".

- JB/RJ (15 Mai 74) - "Coluna do Castelo". Neste editorial, o comentarista tece considerações sobre a escolha dos candidatos aos cargos eletivos para 74, fazendo inicialmente uma comparação como se procedeu na escolha em 1970 e fazendo uma previsão para 78. Assim se expressa o

comentarista: "A novidade a prever é que, como agora, ao contrário do que sucedeu em 1970, os candidatos a senador também se tornarão de escolha privativa do Presidente, em 1978, as listas se ampliam para abranger também as chapas de deputados federais. Por liberalidade as convenções partidárias poderão escolher os candidatos à deputação estadual, muito embora os prefeitos já devam ter caído na órbita da escolha dos governadores". Em um trecho mais adiante ressalta que o Pres GEISEL não está, pelas intenções até aqui demonstradas e pelo comportamento de quem se propõe a restaurar um processo político, "pavimentando a estrada de um ditador". Traça um quadro a seguir, em torno da idéia de continuidade sem continuismo, porém, cada presidente utilizando de "poderes discricionários" pelo tempo de seu mandato e conforme o seu temperamento. Comenta, em outro trecho, que quem governa costuma achar que o País vai melhor como está do que poderá ir com determinadas mudanças. Cita como exemplo que os dois últimos Ministros da Justiça, "consideraram perfeito o regime político". No final, diz que 1978 será diferente de 1974, fazendo votos para que esta diferença seja no melhor sentido.

- JR/RJ (16 Mai 74) - no editorial intitulado "uma ocasião perdida" de autoria de ALCEU AMOROSO LIMA - TRISTÃO DE ATHAYDE faz um balanço dos primeiros dois meses do Governo do Gen GEISEL, dizendo inicialmente que como não existe imprensa da oposição partidária e a "imprensa livre" está reconhecidamente sujeita, como diz a insuspeira SIP, às maiores restrições, é inútil falar em opinião pública. Desta forma, o comentarista, falando em seu próprio nome, diz que a hora é de paciência e que o brasileiro sabe esperar sem se impacientar, principalmente depois de "10 anos de passividade política, de enriquecimento capitalista e de catequese ufanista". Diz, mais adiante, que nesta "quarta fase da rodada à direita de 64", teve uma

boa surpresa e duas decepções. Como "boa surpresa" cita a qualidade do novo Ministério e como decepções, a preocupação com o continuismo em vez de proclamar a anistia e suprimir a odiosa censura prévia e como segunda decepção o processo movido contra o Dep Fed FRANCISCO PINTO.

- UH/RJ (20 Jun 74) - OLIVEIRA BASTOS comenta sobre os dez anos da Revolução, elogiando várias obras do Governo que chama de "imaginação criadora", como o MOERAL, Sistema Nacional de Habitação, correção monetária, Fundo de Garantia, taxa cambial, etc... No final do artigo esclarece que no entanto esta "imaginação criadora" se mantém inibida em outras áreas também vitais para o desenvolvimento político e cultural do País. Cita e faz uma crítica das eleições indiretas para governadores. Alerta que acredita como o melhor para o Sistema, na conjuntura que no momento atravessamos, as eleições indiretas, nas que do modo que foi conduzida, "nem os partidos políticos foram considerados suficientemente capazes de operar a escolha de seus candidatos e nem as Assembleias Legislativas, em virtude da lei de Fidelidade Partidária, podem manifestar livremente suas inclinações. O que estamos assistindo, então, é um processo de eleições indiretíssimas, cujo mecanismo nem o próprio árbitro PETRÔNIO consegue explicar racionalmente".

- JB/RJ (26 Ago 74) - CARLOS CASTELLO BRANCO, na Coluna do Castello, do JB, sob o título "Os barões assinalados", comenta sobre as advertências que poderão ser feitas pelo Sr ARMANDO FALCÃO, tendo em vista a sucessão excessiva de pronunciamentos civis, em vésperas de eleição, em favor da abolição do Ato nº 5, naquela sua linguagem tão direta quando destituída de nuances, em tom de quem passa carão e com a justificativa de que falou para que outros não falassem, falou para preservar o papel de sua parte de intérprete do pensamento político do Gover

no. Segundo o comentarista, se o Ministro não falar, os pronunciamentos na linha do que disseram os Srs JOÃO GLEOFAS e FLÁVIO MARCÍLIO tendem a se multiplicar, quando nada por exprimirem o sentimento profundo dos políticos.

- 4) Apreciação dos principais comentários jornalísticos que, no período, se revestiram de caráter contestatório aos ideais e princípios da Revolução.

Os comentários transcritos, em resumo, no item 3, em sua maioria feitos pelo jornalista CARLOS CASTELLO BRANCO, do "Jornal do Brasil", parecem procurar fixar nos seus leitores a imagem de que estamos sob um regime que, apesar de seus êxitos econômicos e da observância de alguns princípios éticos, não deixa de ser ditatorial. Em seu comentário do dia 15 de maio de 74, faz um conceito sobre o regime - "continuidade sem continuismo, porém cada presidente utiliza-se de poderes discricionários pelo tempo de seu mandato e conforme o seu temperamento" - que está implícito em todas as suas periódicas considerações a respeito do quadro político brasileiro. De maneira geral, os comentaristas políticos criticam o regime político, mas admitem os êxitos econômicos e administrativos da Revolução, e argumentam que estes estão a justificar uma maior liberalidade política. Pode-se admiti-los como uma forma de contestação mais sofisticada, encoberta sob a capa de uma "análise isenta" dos fatos.

## AGÊNCIA SÃO PAULO

Não registramos nos últimos meses nenhum pronunciamento de político contestando a Revolução de Março de 1964. Entretanto, o jornal "O Estado de São Paulo" que representa o pensamento liberal tradicional, que participou dos movimentos democráticos de 1930, 1932, 1945 e 1964, vêm fazendo algumas restrições ao sistema revolucionário. Para esse jornal a Revolução desviou-se do seu leito natural que seria o restabelecimento das franquias democráticas para incidir em alguns equívocos que - estariam desnaturando a pureza de seus objetivos.

É o que deflui de vários artigos publicados no jornal "O Estado de São Paulo", entre os quais o do dia 24.08.74, nestas passagens:

" O legado de VARGAS a esta nação, infelizmente é sombrio e duvidoso: a política afastada de suas bases reais, a grei subvertida pela intromissão constante do Estado na atividade privada, o progresso dissociado dos fatores permanentes da estabilidade social. Como consequência desse estado de coisas não será de mais incluímos a Revolução de 1964 entre os componentes desse legado ." E continua o comentário nessa linha de pensamento, para concluir: " mas muito do que ele almejava está hoje realizado: a política inexiste como jogo de ideais e de forças sociais livremente organizadas e São Paulo continua sendo visto como o inimigo do sistema".

De forma muito discreta, mas que se nota nas entrelinhas, não falta inclusive o apelo ao emocional, procurando-se sensibilizar o orgulho regionalista. Assim, em editorial de 23.06.74, são significativas as seguintes passagens:

" contrariamente à lógica inerente a todas as sociedades nas quais a iniciativa privada desempenha um papel determinante - para a produção da riqueza nacional , o poder econômico, entre nós, ao invés de impor, no essencial, o seu projeto de futuro - tem permanecido, nas últimas décadas, subordinado a um poder político, que encara com desconfiança o centro nevrálgico da grande indústria brasileira, isto é, São Paulo. "O advento do getulismo significou para o primeiro Estado da União o fim de uma época de predomínio político intermitente, deslocando para o Rio Grande do Sul o polo de gravitação do país. Mas quando a Revolução institucionalizou-se, à sua mansira, passando o período de transição, a hegemonia do Rio Grande do Sul, em termos de poder político, tornou-se evidente e incontrastável. Os três últimos Presidentes da República

*nasceram naquele Estado, rodearam-se de colaboradores gaúchos, formaram governos em que a presença de homens do Rio Grande do Sul foi sempre desproporcionada em relação ao - que a terra de FLORES DA CUHHA, representa em termos demográficos, econômicos e de valores humanos. A verdade indistimida é que o Rio Grande do Sul, tem comandado desde 1867 a estratégia dita revolucionária".*

Este último artigo, por exemplo, foi publicado por ocasião da escolha do futuro governador. O articulista apenas deixou a conclusão a cargo do leitor, que não poderia ser outra a não ser esta: São Paulo foi aliado da participação-política nos destinos da nação, pela Revolução de 1930, mas pela Revolução de 1964 perdeu a autonomia até para indicar candidato à convenção partidária.

Verificou-se nessa oportunidade uma certa frustração na classe política, que apenas participou da homologação do candidato que, segundo comentários da imprensa, fora previamente escolhido pelo Governo Federal.

Note-se, entretanto, que o outro editorial citado foi escrito durante o mês de agosto do ano em curso, por ocasião do aniversário da morte de GETÚLIO VARGAS.

Embora os jornais do grupo MESQUITA, em linhas gerais, sejam radicalmente contrários ao sistema revolucionário, têm poupa do, particularmente, o governo do Presidente ERNESTO GEISEL, pela sua serenidade, competência e coragem em enfrentar difíceis problemas que têm desafiado as mais argutas inteligências. Mesmo no partido oposicionista, não são poucos aqueles que confiam na conduta eficiente do atual governo, quer na condução dos negócios políticos, como administrativos. Todos esperam, também, que de forma gradual e por etapas o atual governo reajuste às necessidades nacionais os institutos de natureza política.

## AGÊNCIA CURITIBA

- Não foram constatados pronunciamentos de políticos, durante a atual campanha Política, contestando a Revolução de 21 de março de 1964, na área da ACT/SNI, até a presente data.

## AGÊNCIA PORTO ALEGRE

- Temas como "as liberdades individuais", "censura à imprensa", "eleições diretas", "Dec 477", "violação dos direitos humanos", "críticas aos órgãos de segurança e orientação econômica do Governo", tem se propagado livremente e de maneira depreciativa ao sistema, por parte de todos os elementos do MDB/RS, candidatos a cargo eletivo. Não há elemento(s) isolado(s) a destacar, pois o fato é constatado desde o vereador ao mais alto escalão político do MDB/RS.

Em toda a fase pré-campanha eleitoral até o presente momento a oposição não fez uma única declaração a respeito de suas próprias possibilidades, limitando-se a apontar os defeitos alheios, em seu entendimento.

A princípio tais pronunciamentos não encontravam eco. Agora, no quadro geral de acertos e erros das políticas federal e estadual, vêm se gravando pela repetição junto a opinião pública.

O Clero não demonstrou participações nem repercussões de tal assunto em seu âmbito externo.

Repercussão nos setores intelectuais de esquerda não há, exatamente por serem eles os mentores da situação que se está consolidando, aproveitando-se dos elementos partidários bem intencionados, que por certo os há em grande número e que não se apercebem dos rumos que toma o partido, em grande parte ditados pelos exilados no U<sup>ltimo</sup> (JANGO-BRIZOLA).

Os meios universitários têm sido alvo prioritário das investidas dos que fazem tais pronunciamentos, tanto de parte dos candidatos como do Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais (IEPES) e do Setor Jovem do MDB, buscando o meio estudantil superior na Capital e grandes centros do Interior.

## CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

- 11 - apreciar os principais pronunciamentos de políticos de projeção nacional ou mesmo estadual, nesses últimos meses, e que se revistam de caráter contestatório aos ideais e princípios da Revolução de 31 de Março de 1964.

15.01.1974 - O Deputado JOSÉ SANTILLI SOBRINHO e mais 22 Deputados do MDB - "OS AUTÊNTICOS DO MDB" - tecem críticas à forma de eleições do Presidente e Vice-Presidente da República; entre outras coisas, em documento assinado, assim se pronunciaram:

"Recusando participar com o nosso voto deste simulacro de eleição que avilta o País perante a cultura, a inteligência e o mundo livre, não temos a preocupação do ato heróico".

.....  
"Igualmente nos reencontramos conosco mesmo, quando fizemos nossas as angústias da massa trabalhadora do País, sufocada pela alta não confessada do custo de vida e pelo garroteamento da liberdade e autonomia sindicais".

.....  
"Também nos reencontramos com os estudantes na sua justa revolta contra o 477, ou com a Justiça quando denunciamos a intangibilidade das decisões judiciais, ou ainda, quando ao lado do empresariado nacional, denunciamos a desnacionalização progressiva de nossa economia".

.....  
"O Brasil de hoje que vive no silêncio das fábricas, dos escritórios, dos campos, das escolas, das Igrejas e na melancolia das distâncias do exílio, nos compreenderá e a Pátria de amanhã poderá, livre desses condicionamentos, fazer justiça aos poucos que assumiram o risco de juntar a voz do seu protesto, o gesto de sua inconformidade".

10.06.1974 - O Deputado FLOY LENZI, na Câmara dos Deputados, profere discurso contestatório às Leis da pena de morte, prisão perpétua e banimento.

30.06.1974 - O Deputado J.G. DE ARAÚJO JORGE, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, lê aos Senhores Congressistas o telegrama que enviou ao Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA ao dia em que se esgotou sua suspensão dos Direi -

das Federações, questionando a nomeação do chefe do Departamento.

22.04.1974 - O Deputado **LEONEL FERREIRA ESTANISLAU**, em discussão, perguntou ao Cônego dos Deputados, sobre outros pontos da obra:

"No âmbito do **AMBA** só cabe dizer sobre os do **AMBA**, se se permite, sobre os outros, e os do **AMBA**, nos trabalhos do Congresso Nacional, não se consente a lista de distribuição de seus textos ou de seus documentos, de suas publicações ou de seus materiais para depositar, que não é lista, não é lista, é, portanto, de consentido.

22.07.1974 - Entrevista do Deputado **FRANCISCO FURTADO** à Rádio Cultura de Foz de Iguaçu, sobre o atual relacionamento e governo atual.

29.08.1974 - Na Comissão do **AMBA**, no Salão de Foz de Iguaçu, sobre o Deputado **FRANCISCO FURTADO**:

"O **AMBA** não é uma simples função de administração ou de organização para assuntos políticos, mas a discussão dos atos de todos os níveis que culminam para a ação política de que o "Estado" atual é responsável, sendo que tal se compõe de várias expressões de poder localizadas - as".

Em outras palavras de seu discurso disse o Deputado **FRANCISCO FURTADO**: "É apenas para falar pelas que não podem falar porque estão excluídas ou negligenciadas; para falar pelas que falam sem palavras, porque suas vozes não foram de natureza; para falar pelas negligenciadas porque não foram e não de natureza; para falar pelas negligenciadas porque foram negligenciadas de natureza social; para falar pelas negligenciadas porque suas vozes não são feitas que não se podem fazer nada; para falar pelas negligenciadas para que falem / as suas vozes se possam ouvir; para falar pelas negligenciadas que são negligenciadas em suas atividades e também pelas negligenciadas que estão negligenciadas em sua ação e em sua existência....."

O Deputado **FRANCISCO FURTADO** falou em nome do Congresso Nacional: "Iniciamos a ação, sobre o Sa. Parlamento de República que está sendo o **FORUM DE ESTADOS DE FORTALEZA** e não estão discutindo sobre de se - se, apenas o Parlamento legítimo de processos de República que não se pode justificar de ação e caráter de

Constituição e da lei para colocá-la ao patanque dos ATOS INSTITUCIONAIS e dos DECRETOS QUE NÃO EMANAM DOS PODERES COMPETENTES.

O Diretório Nacional sabe a posição de dificuldade que leve o Diretório Regional do Pará para enfrentar esta luta em todos os seus setores. Sabe os / que a juventude de hoje é a mesma que se congregou em torno de DENTÃO AMARAL, que encarnou os holandeses no trapiche da cidade ou que participou da / Inconfidência Mineira ou a que contribuiu para con- solidar... ou ainda os que tem estímulo no sacrifi- cio da morte do estudante EDSON LUZ, vítima inco- preensão policial ou ainda os que sofrem ou so- frem as injustiças, os desajustes perdidos nas pri- sões e nos EXÍLIOS..."

- Definida a posição do governo e pronunciamentos / contestatórios acima descritos conclui-se que a cam- panha eleitoral permitirá aferir as intenções dos Partidos políticos, e a intensidade do desafio que estão dispostos a fazer ao governo constituído.
- 2) - Apreciar a repercussão desses pronunciamentos em setores da opinião pública, em especial nas Forças Armadas, setor progressista do clero, setores inte- lectuais da esquerda e meios universitários.

Os pronunciamentos de políticos da oposição, a par- tir da assunção do atual governo, têm assumido um caráter mais de contribuição aos propósitos de o- bertura política, do que propriamente de contesta- ção, por eclipsamento e por insatisfação pela fal- ta de perspectivas, como se caracterizaram anteri- ormente.

Perante a opinião pública, a franqueza e a aborda- gem mais realística das matérias do campo econômi- co, assim como o fácil reconhecimento da existên- cia de problemas institucionais a serem superados, têm capitalizado posições favoráveis ao governo, em- bora as medidas concretas no sentido de superar / tais problemas não tenham ainda atingido plenamente os seus objetivos. Os militares, como fiadores per- manentes da Revolução de Março de 1964, não podem e- ccitar, endossar ou sequer dar crédito a esses pro- nunciamentos, embora se apercebam que as críticas / levantadas à alta do custo de vida tem sua razão de ser.

Evidentemente, esses pronunciamentos contestatórios têm sido muito bem recebidos pelos intelectuais e u- niversitários de esquerda, pois lhes permitem explo- rar esses temas no processo de arregimentação de massas.

## CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

(1) Na abordagem do item b - Abertura Política -, este Relatório procurou demonstrar a existência de um clima propício, de um ambiente encorajador a declarações e divulgação de críticas acerca da legislação e às normas vigentes, que regulam o atual Regime e dinâmica política do País.

(2) Os pronunciamentos de políticos, a seguir relacionados, não se caracterizam, "in totum", como "catilíndrias" contestatórias à Revolução de Mar 64. Todavia, o zelo, o cuidado e até mesmo o perfeccionismo de seus autores, não impedem neles vislumbrar-se uma posição antagônica ao Regime, procurando, através da pregação sistemática contra dispositivos jurídico-revolucionários, como o AI-5, Lei de Segurança Nacional, Eleições indiretas, Dec-Lei 477, etc, forçar uma alteração profunda no Sistema Revolucionário e apressar a volta à Democracia Liberal que tanto aspira.

(3) Este Centro anotou, sem se ater a preocupações cronológicas, os pronunciamentos abaixo:

- Deputado do MDB FRANCISCO PINTO, no discurso contra o Senador NUNES e, posteriormente, na Rádio Cultura de FEIRA DE SANTANA, declarou:

" não basta que vivamos sob a violência do AI-5. Eles precisam, mesmo quando estimulam especulações sobre distensão, que todas as instituições nacionais sejam submetidas ao arbítrio sem limites".

- DR. PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO, candidato a Senador pelo MDB. De seu discurso proferido na concentração do MDB, em SANTA MARIA/RS, no dia 29 ABR 74, extraem-se os seguintes tópicos:

- defendeu a liberdade de expressão e criticou o que denominou de espantosa máquina de propaganda, que visa enfatizar o desenvolvimento e progresso nacionais;

- criticou distorções em matéria de segurança, expõe o que entende o que ela deve representar;

- condenou a qualificação de bons e maus brasileiros, negando direito à mesma;

- defendeu a escolha de governantes mediante decisão popular.

Em entrevista no Club dos Repórteres Políticos da GUANABARA, em meados de Agosto, o referido senhor declarou, referindo-se à extinção do AI-5: "... seria um alívio, mas não seria tudo. Nossa Constituição é horrível, mesmo sem ele".

BROSSARD juntou, ainda, que para realizar a fusão do ideal revolucionário com a democracia, o melhor será a criação de uma assembléia constituinte.

-Senador JOAO CLEOFAS, ARENA/PE, declarou, referindo-se ao AI/5: "... a própria Revolução ao lhe conferir caráter transitório, deixou também evidenciado que sua inspiração deve ter duração episódica, sem preocupação de continuidade constitucional."

(ESP/27/AGO)

- Deputado MARCOS FREIRE, IDB/PE, também reportando-se ao AI/5, disse que: "se pudesse o revogaria hoje, por não ter podido fazê-lo ontem ..." e que "somente isso possibilitará o retorno do Estado de Direito, aspiração de qualquer povo civilizado." (ESP/27 AGO).

- Deputado FLÁVIO MARCÍLIO, ARENA/CE, presidente da Câmara dos Deputados, em reunião no Club dos Repórteres Políticos/G9, no dia 27 de Agosto, prestou as seguintes declarações:

"é fundamental elaborar-se uma ordenação jurídica, capaz de tirar o País do primitivismo institucional." Ponderou que não defende a extinção pura e simples do Ato Institucional nº 5, "mas uma nova e realista ordenação constitucional." Observou, ainda, que considera essencial a delimitação do poder de arbitrio do Presidente da República. (JD DE 29/08/71)

(4) Além dos pronunciamentos de políticos, apontados no item anterior, há que fazer-se referência aos inúmeros discursos proferidos durante a Conferência da Ordem dos Advogados do BRASIL (OAB).

Nesse conclave, advogados de renome, muitos de reconhecida militância esquerdista, defenderam teses como extinção do AI/5, o voto às eleições diretas, restabelecimento do Habeas Corpus nos crimes contra a Lei de Segurança Nacional e outras medidas de caráter contestatório à Revolução.

HELENO FRACOSO, SEABRA FAGUNDES e outros, tiveram papel de destaque na reunião referida, e as teses por eles defendidas, tiveram grande apoio de seus pares.

(5) As repercussões relativas a tais pronunciamentos, no meio militar, não foram boas, em virtude de que as teses defendidas se chocam e conflitam com a ordem política vigente no País, fator da paz e tranquilidade que desfruta a nação brasileira.

(6) Como Conclusão parcial, podemos dizer que:

- os pronunciamentos dos políticos visam criar um clima de pressão psicológica, favorável a alterações profundas no processo político do País;

- essas alterações seriam de molde a enfraquecer o Poder Executivo;

- o momento aconselha - talvez ainda por longo tempo - a manutenção do "Status" Revolucionário existente.

## CENTRO DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA DA AERONÁUTICA

d.1 - Têm sido frequentes os pronunciamentos de parlamentares do MDB, fazendo críticas à Revolução de 31 de Março de 1964.

Entre os assuntos tratados nos últimos meses foram as sinalados os seguintes:

- a - revogação do AI-5;
- b - revogação da Dec Lei 477;
- c - restabelecimento da imunidade parlamentar; e
- d - problemas de "torturas de presos políticos".

Têm-se destacado nesses pronunciamentos os seguintes deputados:

### 1) LYSIHEAS MACIEL (MDB/GB)

- Em 15 ABR 74, criticou veementemente as declarações do Ministro da Justiça, sobre os atingidos por Atos Institucionais, afirmando:

"É o caso de se perguntar depois de 10 anos: terá sido o Governo incompetente nesse processo de limpeza da corrupção e subversão neste País ou, na realidade, o Governo só acredita no regime de força e nele encontra a única razão para se manter no poder?."

- Em 02 AGO 74, abordando o problema de presos políticos, declarou:

"... A nossa preocupação maior é obviamente tentar arrancar os presos das mãos dos algozes, dos desvalizados, daqueles militares que estão trazendo para dentro das Forças Armadas toda a tragédia da sua anomalia psíquica ..."

"... entendemos a dificuldade que enfrenta o Sr Gen GEISÊL para sair desse círculo de ferro e, muitas vezes, libertar-se desses que, em nome de uma revolução que ninguém entende e que já, naturalmente, se esclerosou, continuam a marchar e manchar a História do Brasil, como um poder paralelo, poderoso, indestrutível e ao qual nenhuma força viva deste País pode opor resistência ..."

ANEXO E

"... existência de um poder paralelo que o Governo pretenderia extinguir, mas que talvez não tenha forças para fazê-lo de pronto, sob pena de perder as suas próprias bases de sustentação".

"... é o caso do ex-Deputado PAULO RIGTH... Será que - como cremos, infelizmente - ele será morto, como foi o ex-Deputado RUBEM PAIVA, e como estão sendo mortos tantos outros parlamentares?"

- Em 27 MAI 74, defendendo o Dep FRANCISCO PINTO (MDB/BA) fez uso de frases como:

"... Certa vez, quando vigente outra ditadura neste País ..."

"... que até hoje perduram nos tribunais de exceção ..."

"... dispoendo na mão direita de uma Constituição outorgada e na esquerda do AI-5, pretendeu o Governo obscurecer as contradições entre o país real e o país legal. Entre o País tal qual ele é e o País que vem sendo exibido para consumo externo, já que frustradas, periodicamente, todas as possibilidades de uma normalidade democrática ..."

"... essa provocação ao Supremo Tribunal, após uma utilização arbitrária e opressiva de todo instrumental de violência e exceção, no processo de "limpeza" que já dura 10 anos ..."

"... serviço excepcional ao País, habilitando-o a retomar seus verdadeiros caminhos, cujos parâmetros, ditadura nenhuma conseguiu destruir."

## 2) Dep MARCOS FREIRE (MDB/PE)

- Em 24 ABR 74, criticando Ato da Revolução de 31 de Março de 1964 e defendendo o Dep FRANCISCO PINTO, afirmou:

"... Abril de 1964, abril de 1974. Nesse período o que não se impôs à nação brasileira! E hoje, aí estão as mesmas restrições - ou até maiores - que as dos primeiros dias de há dez anos passados ..."

"... É a desfiguração, mais completa, do estado de direito do Regime Democrático. É o arbítrio institucionalizado ..."

"Nós, nobres Deputados, temos a certeza de que se falarmos contra a violação dos direitos humanos, contra o assassinato político, contra todos esses fatos que estão acontecendo em várias partes do mundo, inclusive no BRASIL, seremos acusados de violar a Lei de Segurança Nacional ..."

- Em 27 MAI 74, apartando o Dep LYSÍDEAS MACIEL, declarou:

"... exatamente através de processos espúrios como esse, o Executivo quer tolher a soberania do Parlamentar de dizer o que pensa."

3) Dep WADYR ROSSETI (MDB/RS)

- Em 25 AGO 74, na Convenção do MDB/RS, utilizou-se das expressões como:

"... porque nossos adversários que encontram tanta dificuldade em fazer uma Convenção, se vissem um espetáculo de entusiasmo popular como este, se ainda teriam coragem de ir à praça pública defender a ditadura ..."

"... a violência, a opressão, a tortura, a morte têm feito com que a juventude brasileira tenha se afastado da problemática nacional... não é pelo fato de nós aqui estarmos em liberdade - que não devemos nos preocupar com os que estão sendo torturados nas prisões da ditadura ..."

"... este povo, que foi transformado em escravo, adormeceu sua consciência, vilipendiado pela força, pela violência que o Governo nos imprimiu em 64 ..."

"... É verdade: em 1964, derrubaram-nos do poder pelas armas. Havemos nós de derrubá-los um dia através da vontade popular ..."

4) LAERTE VIEIRA (MDB/SC)

- Em 25 ABR 74, pronunciou-se contra a prisão e "torturas do advogado WELLINGTON ROCHA CANTAL, preso em 04 ABR 74, que é doente, tendo contraído moléstia durante sua prisão em abril de 1969 (12 meses)".

5) No âmbito estadual, o candidato a Senador pelo MDB/RS, PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO, fez críticas ao Governo, na concentração do MDB, em SANTA MARIA/RS, em 28 ABR 74.

A tônica de seu pronunciamento foi o retorno "à democracia perdida" e ao "milagre brasileiro".

d.2 - Segundo observado, através de pronunciamentos feitos pela imprensa por representantes do MDB, sobre os temas "censura à imprensa", "revogação do AI-5", "revogação do Dec-Lei 477", "Direitos Humanos", "Direito de voto aos casados", etc, verifica-se que são coincidentes essas "palavras de ordem" com as do PC, tornando essa "contestação" - que, quando feita pelas organizações de esquerda é definida como "subversão" - inaceitável, por se tratarem de instrumentos absolutamente indispensáveis à manutenção da paz social e cuja revogação prematura conduziria o país àquele estado de coisas reinante antes de 1964, quando inexistia legislação adequada que permitisse a extinção da subversão armada, hoje praticamente erradicada do país, onde só resta aquele que se utiliza do "trabalho de massa", cuja meta é o homem e cujo campo de batalha é a mente humana, e sobre a qual já comentamos anteriormente.

d.3 - Os setores progressistas do Clero, setores intelectuais da esquerda e meios universitários tem, como é óbvio, apoiado esses pronunciamentos de contestação e mantêm-se na expectativa das medidas restritivas que venham ou não a ser tomadas pelo Governo, para se incorporarem a essa claques.

Setor ponderável da oficialidade da FAB demonstra preocupação e espanto face à falta de medidas que oponham um parapeito a esses pronunciamentos.

d.4 - CONCLUSÃO / ESTIMATIVA

Apesar de qualquer legislação ordinária, criada em condições de normalidade, ser consequência de todo um lento e gradativo processo de elaboração, é princípio de direito que ela só se afirma, fortalece e subsiste, se puder ser, coercitivamente, imposta à sociedade.

Ora, se o direito exige para vivificar-se, intrinsecamente, coerção, com muito mais razão, o processo político iniciado em abril de 1964 - e a legislação ~~atual~~ de corrente - exige ser, coercitivamente, imposto, sob pena de não o fazendo, destituir-se do poder de que se investiu.

Permitindo-se, ao arrepio da legislação atual - e, principalmente, dos diplomas contidos nos Atos Institucionais, na Lei de Segurança Nacional, na Lei de Imprensa e no Decreto 477 - que a contestação a esses instrumentos se faça livremente, decorrerá, consequentemente, sua não afirmação, enfraquecimento e insubsistência, resultando na debilitação do próprio poder que os criou.

Estimamos, portanto, que a aversão de contestação ao Poder Revolucionário de 1964, corresponderá seu decréscimo político.

A aplicação da lei, coibindo a contestação à Revolução, é exigência indispensável a sua futura subsistência.